



ORÇAMENTO DO ESTADO

ESTABILIDADE | CONFIANÇA | COMPROMISSO

NOTA EXPLICATIVA

MINISTÉRIO DA CULTURA



ORÇAMENTO DO ESTADO

© MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Av. Infante D. Henrique, 1

1149-009 LISBOA

• Telefone: (+351) 218 816 820 • Fax: (+351) 218 816 862

1. Programa orçamental da Cultura

O Governo reforça a aposta no setor da Cultura, tendo como horizonte atingir a meta de 2,5% da despesa discricionária do Orçamento do Estado até ao final da legislatura. ¹ De modo a caminhar de forma sustentada em direção a este objetivo, aliado ao orçamento da despesa com cultura em outras áreas governativas, o Programa Orçamental da Cultura, já representará, em 2023, 2,0% da despesa discricionária do Estado. Este esforço financeiro orienta-se de acordo com três princípios: institucionalizar, modernizar e democratizar.

O orçamento do Programa Orçamental da Cultura apresenta uma dotação de despesa total consolidada de 760,3 milhões de euros, subdividida em duas áreas de atividade: Cultura e Comunicação Social. Tal constitui um crescimento de 23% face a 2022.

Quadro 1. Despesa Total Consolidada - por âmbito de atividade

	2021	2022	2023	milhões €	
				Variação 23/22	
Cultura	316	361	500	138 M€	38%
Comunicação Social	255	258	260	2 M€	1%
Total	571	619	760	141	23%

Quadro 2. Receita de impostos - por âmbito de atividade

	2020	2021	2022	2023	milhões €	
					Variação 23/22	
Cultura	145	173	198	217	19 M€	9,7%
Comunicação Social	194	194	196	196	1 M€	0,3%
Total Programa	339	367	393	413	20	5,0%

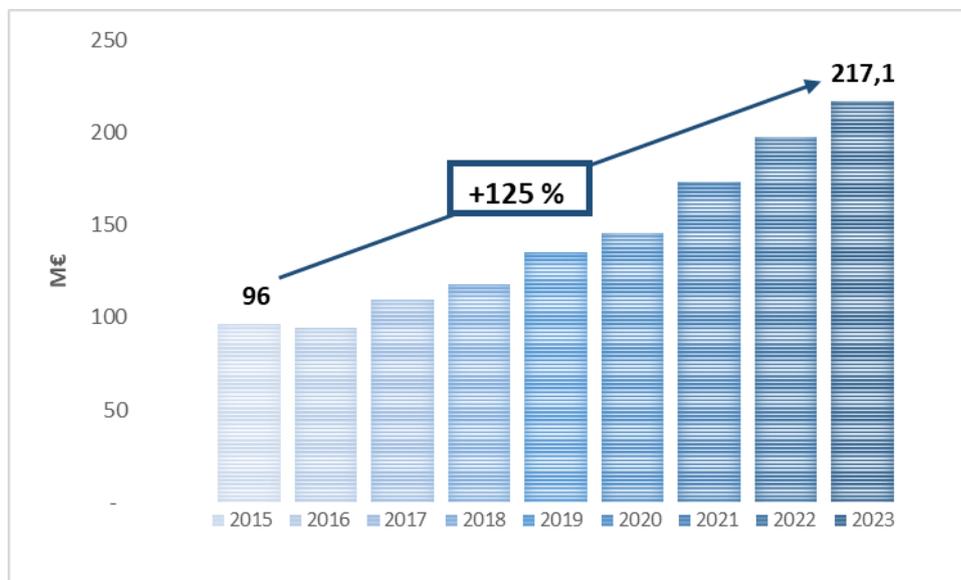
Na vertente da Comunicação Social, que representa 41,6% do orçamento do Programa, enquadra-se o orçamento da Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e a dotação referente a incentivos à Comunicação Social regional e local.

¹ Toma-se como referência a despesa discricionária do Estado, uma vez que este indicador permite descontar o impacto de variáveis que não dependem unicamente de decisão política, tais como encargos com juros da dívida pública, prestações sociais e outras.

Embora não integre o Programa Orçamental da Cultura, deve ainda ser considerada no âmbito desta área governativa a atividade da Lusa – Agência Portuguesa de Notícias, cujo serviço público é compensado por verbas com origem no Programa Orçamental das Finanças. Em 2023, em cumprimento do contrato de serviço público assinado para o período 2022-2027, a compensação financeira relativa à Lusa assume um valor de 16,68 milhões de euros.

No que respeita ao esforço financeiro direto do Orçamento do Estado, cerca de 54,5% da receita total consolidada do programa orçamental corresponde a receitas de impostos, verificando-se um acréscimo de cerca de 9,7% no orçamento afeto à área da Cultura. Com efeito, o orçamento de receita de impostos afeto a esta área de atividade aumentou 125% desde 2015.

Gráfico 1. Receita de impostos – área da cultura OE 2015 - OE2023



Quadro 3. Orçamento por entidade (receita de impostos)

	2021	2022	2023	Var. 23/22	
GEPAC (Incentivos à C.S. Regional)	4,00	4,00	4,50	0,50	12,5%
RTP	189,93	191,69	191,69	0,00	0,0%
Comunicação Social Total	193,9	195,7	196,2	1,8	0,3%
Academia Internacional Cultura Portuguesa	0,03	0,03	0,03	0,00	14,5%
Academia Nacional Belas Artes	0,28	0,31	0,34	0,03	9,0%
Academia Portuguesa História	0,27	0,27	0,30	0,03	9,6%
Biblioteca Nacional de Portugal	7,12	7,57	7,67	0,10	1,3%
CINEMATECA	0,00	0,00	0,00	0,00	
COA Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	
DGArtes	48,75	54,26	68,11	13,85	25,5%
Plano Nacional das Artes	1,00	1,00	1,01	0,01	0,9%
DGLAB	14,68	15,94	18,19	2,25	14,1%
DGPC	29,36	33,82	36,26	2,43	7,2%
DRCAentejo	3,54	4,42	4,44	0,02	0,4%
DRCAlgarve	1,52	1,70	2,02	0,32	19,1%
DRCCentro	4,27	4,89	4,18	-0,72	-14,7%
DRCNorte	9,10	10,70	11,61	0,91	8,5%
FCCB	0,00	0,00	0,00	0,00	
FFC	10,73	10,73	12,73	2,00	18,6%
FSPC	0,00	0,00	0,00	0,00	
GEPAC	3,90	11,25	5,29	-5,96	-53,0%
GMC	1,46	1,46	1,51	0,05	3,5%
GSEC	1,00	1,00	1,04	0,04	4,1%
EMCQA25A		1,17	1,51	0,34	29,5%
ICA	0,00	0,00	2,00	2,00	
IGAC	2,37	3,06	3,26	0,20	6,7%
OPART	19,29	19,58	19,78	0,20	1,0%
TNDM II	5,20	5,28	5,33	0,05	1,0%
TNSJ	5,20	5,28	5,33	0,05	1,0%
Reserva Orçamental	3,12	4,10	5,15	1,05	25,6%
Cultura Total	173,2	197,8	217,1	19,3	9,7%
Total Programa	367,1	393,5	413,3	19,8	5,0%

O aumento da dotação do Programa Orçamental da Cultura permite consolidar as políticas públicas de apoio e desenvolvimento do sector nas diferentes áreas de atividade cultural, bem como de promoção e preservação do conhecimento resultante do nosso património, sistematizando-se nos pontos seguintes as principais evoluções.

1.1. Institucionalizar

Institucionalizar significa dar ao setor a estabilidade, a previsibilidade e a continuidade de que ele precisa. No âmbito deste Programa Orçamental, isso traduz-se: num aumento muito significativo dos apoios sustentados; no reforço dos apoios ao cinema e ao audiovisual; na criação de um novo Museu de Arte Contemporânea/Moderna; na consolidação e aperfeiçoamento do Fundo de Apoio ao Turismo e Cinema; e no início de um processo de reorganização da Direção Geral do Património Cultural.

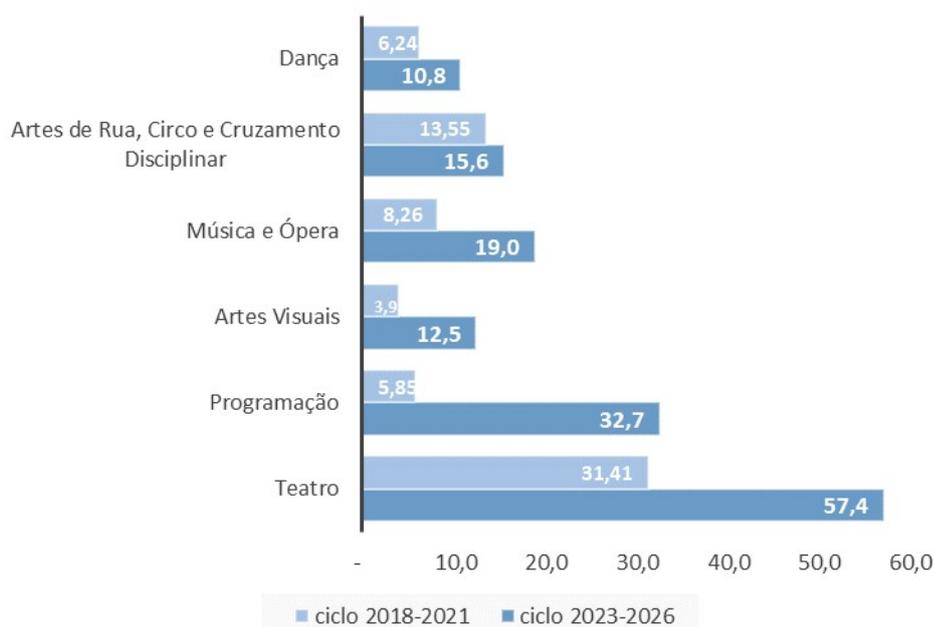
Reforçar o Apoio Sustentado às Artes

2023 será o primeiro ano do novo ciclo de Apoio Sustentado da Direção-Geral das Artes, que mantém as vertentes bienal e quadrienal. O programa de apoio sustentado dirige-se a estruturas profissionais com atividade continuada, visando a sua estabilidade e consolidação.

As novas regras serão determinantes para a capacitação das estruturas de criação artística e, conseqüentemente, para a crescente profissionalização do sector e dos seus recursos humanos, o que inclui a valorização das relações laborais.

O Orçamento do Estado para 2023 concretiza o reforço de 114% no valor dos apoios sustentados face ao ciclo anterior, traduzido num aumento de 20ME no valor dos apoios sustentados face a 2022.

Gráfico 2. Apoios sustentados – por área artística (M€)



No que respeita à distribuição por áreas, destaca-se os apoios ao teatro e à programação, que concentram 61% da dotação do novo ciclo de apoios. Realça-se que o maior crescimento de dotação (459%) face ao ciclo anterior foi na área da programação, seguindo-se as artes visuais com uma variação de 220% e a área da música e ópera (130%).

Reforço dos apoios ao cinema e ao audiovisual

O reforço do Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) permitirá aumentar os apoios à criação, à produção, à distribuição e à exibição na área do cinema e do audiovisual, bem como reforçar a educação fílmica.

Concretiza-se neste Programa Orçamental o financiamento de uma parte significativa das despesas de funcionamento do ICA através de receita de impostos, no valor de 2M €, medida que vinha desde há muito sendo defendida pelo setor e que está inscrita na Lei do Cinema.

Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema

O atual instrumento de incentivo à produção cinematográfica e audiovisual e à captação de filmagens internacionais tem favorecido a diversificação da criação, das fontes de financiamento e dos agentes que operam no setor, garantindo ao mesmo tempo a valorização do património histórico, artístico e monumental do país. Está atualmente em curso um estudo de avaliação do impacto económico, social e ambiental do FATC, que permitirá aperfeiçoar os critérios com base nos quais os apoios são atribuídos. Para 2023, foi prevista uma dotação de 14 M€, na qual se inclui a contribuição de 2 M€ do Fundo de Fomento Cultural, que permitirá a abertura de novas candidaturas.

Reorganização da Direção Geral do Património Cultural e dos organismos na esfera do Património Cultural

O Governo irá promover o reequilíbrio orgânico e funcional da Direção Geral do Património Cultural, bem como dos Museus, Monumentos e Palácios Nacionais que integram, com vista a melhorar as condições de fruição pública das coleções e do património cultural. Este processo passará pela revisão dos modelos de gestão, dotando as instituições de condições mais adequadas para o prosseguimento da sua missão e para a sua projeção internacional.

Conservação e Restauro

O Laboratório de Conservação e Restauro será revalorizado, nomeadamente por via do investimento na modernização previsto no PRR e através da renovação das suas competências técnicas em matéria de investigação, de conservação e de restauro do património cultural móvel e integrado, em articulação com escolas e universidades, permitindo reforçar a importância dos saberes e práticas de conservação e restauro para a salvaguarda do património e o respetivo legado às gerações futuras.

Comissão de Aquisição de Obras de Arte e Mecenato Cultural

Em estreita ligação com o trabalho a decorrer no âmbito da revisão do Estatuto do Mecenato Cultural, será criada uma Comissão de Aquisição de Obras de Arte, centrada nas coleções de referência dos museus nacionais, com o objetivo de permitir a participação de doadores e mecenas

no enriquecimento das coleções nacionais, sobretudo no que se refere a obras fundamentais da herança cultural que excecionalmente circulam no mercado de arte internacional.

Rede Portuguesa de Museus

A Rede Portuguesa de Museus deverá conhecer um novo fôlego, promovendo transversalmente os padrões de qualidade dos diferentes museus que a integram, reforçando o trabalho em rede, a itinerância de programação cultural e o reforço da comunicação com redes geográficas e temáticas já existentes, em contexto nacional e internacional. A continuidade do programa Promuseus, a par das ações de renovação da RPM, conferirão coerência e continuidade a esta ambição.

Arte Contemporânea

No âmbito da política para a arte contemporânea, prevê-se a concretização do Museu Nacional de Arte Contemporânea no Centro Cultural de Belém, com coleções de natureza internacional, a par do apoio ao programa dos restantes Museus do Estado, com coleções de arte portuguesa e, ainda, a continuidade do enriquecimento da Coleção de Arte Contemporânea do Estado (CACE), conferindo-lhe consistência, ambição e uma nova centralidade articulada com a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea.

1.2. Modernizar

Modernizar significa adaptar procedimentos e tecnologias a necessidades novas. Neste Programa Orçamental, prevê-se proceder à digitalização de parte crucial do nosso património fílmico; rever o Estatuto do Mecenato; atualizar regulamentos relativos a ingressos, filmagens e cedências de espaços em Museus, Monumentos e Palácios Nacionais; promover a salvaguarda, dinamização e acesso ao património cultural através da execução da Componente de Cultura do PRR; reforçar os incentivos à Comunicação Social, em particular no âmbito local e regional; e dar continuidade à aposta em arte contemporânea através do programa anual de aquisição de arte contemporânea.

Plano de Recuperação e Resiliência no Património Cultural

A execução do Plano de Recuperação e Resiliência constitui uma prioridade.

Na componente do Património Cultural serão concretizados diferentes projetos e obras de requalificação de Museus e Monumentos Nacionais, nomeadamente as obras no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora, no Museu de José Malhoa, nas Caldas da Rainha, a remodelação dos sistemas de AVAC no Museu Nacional de Soares dos Reis e terá início a empreitada para instalação do Museu Nacional da Música em Mafra. Serão ainda iniciadas as intervenções de conservação e restauro das fachadas do Palácio Nacional da Ajuda e da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos, bem como as empreitadas de requalificação das coberturas da sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha, e do Teatro Nacional D. Maria II.

Em sede de projeto, estima-se poder desencadear vinte projetos de execução na sequência de procedimentos concursais, entre os quais o projeto de remodelação do piso intermédio do Museu Nacional de Arte Antiga, o projeto de conservação e restauro das capelas imperfeitas do Mosteiro

da Batalha, o projeto de remodelação do Museu Monográfico de Conímbriga, o projeto de recuperação e reabilitação do Museu Nacional do Teatro e da Dança e o projeto de recuperação e reabilitação do Laboratório José de Figueiredo.

A este investimento acrescem as intervenções em fase de conclusão no quadro do PT 2020, designadamente no Convento de Cristo, em Tomar, na Sé de Lisboa e no Mosteiro da Batalha.

Na componente da Transição Digital do PRR, serão digitalizados inúmeros acervos de museus, bibliotecas e arquivos. Assim, serão disponibilizadas em acesso livre imagens dos acervos documentais e será dinamizada a oferta de visitas virtuais de museus portugueses. Estima-se que a Biblioteca Nacional de Portugal, a Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas disponibilizarão cerca de oito milhões de imagens dos respetivos acervos documentais. A promoção do acesso livre será uma forma de incentivar a visita e um maior conhecimento do património cultural junto de públicos nacionais e em contexto internacional.

Para esse fim, concorrerá também a modernização das infraestruturas tecnológicas da rede de equipamentos culturais públicos, designadamente, das bibliotecas públicas e de teatros, cineteatros e equipamentos de arte contemporânea.

Na área das bibliotecas, será feita uma aposta clara na modernização da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, através da aquisição de equipamentos informáticos, bem como da disponibilização de 5 bibliotecas itinerantes para os cinco concelhos que não dispõem de serviço de Biblioteca Pública Municipal. Será também criada uma plataforma de empréstimo de livros eletrónicos para as bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a qual constituirá um instrumento fundamental para a promoção da leitura, numa perspetiva alargada, inclusiva e democrática.

No âmbito da modernização na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e na Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, terá particular relevância a aquisição de equipamentos de projeção digital de cinema e de vídeo, fomentando a capacitação tecnológica destes espaço e as potencialidades de exibição cinematográfica em todo o país.

Digitalização do património fílmico português

A Cinemateca Portuguesa digitalizará cerca de 400 filmes. A digitalização de conteúdos correspondentes a diversos períodos da história do cinema português e a aquisição de equipamentos para a projeção digital de cinema em sala são os dois pilares de uma estratégia que visa favorecer o acesso de toda a população ao património fílmico português, e assim promover a coesão territorial. Este investimento ajudará à promoção do cinema de língua portuguesa, permitindo, ao mesmo tempo, reforçar a cultura de exibição cinematográfica ao nível comunitário.

Revisão do Estatuto do Mecenato

A revisão do Estatuto do Mecenato irá consagrar o papel de mecenas e doadores, promovendo a participação do tecido social e empresarial na concretização de programas dos Museus e Monumentos Nacionais e no apoio à criação artística.

Atualização dos regulamentos respeitantes aos ingressos, filmagens e às cedências de espaços em Museus, Monumentos e Palácios Nacionais

As condições de acesso a museus, monumentos e Palácios Nacionais serão alteradas de modo a responder às exigências que decorrem da crescente afluência de turistas e do aumento do interesse na realização de eventos culturais em território nacional.

Revisão dos Incentivos do Estado à Comunicação Social

Em 2023, o valor de incentivos à comunicação social regional e local aumenta 12,5%. Uma comunicação social forte e independente desempenha um papel insubstituível no combate à desinformação e na preservação das sociedades democráticas. Os órgãos de comunicação social de âmbito regional e local hoje enfrentam desafios particularmente difíceis, incluindo dificuldades de distribuição, o escasso investimento publicitário, os reduzidos índices de leitura no interior do país e a diminuição do número de assinantes. Tudo isto obriga a proceder a uma revisão do regime legal dos incentivos do Estado.

Programa anual de aquisição de arte contemporânea

Concretizando o compromisso assumido em 2019, com a criação do programa anual de aquisições, a sua dotação será revista em 2023, atingindo um milhão de euros, o que corresponde a um aumento de 25%, o que permitirá reforçar e diversificar o acervo da Coleção de Arte Contemporânea do Estado, dando concretização gradual a um ambicioso programa de enriquecimento das coleções nacionais de arte contemporânea e de apoio à criação artística no domínio das artes visuais.

Gestão documental e sistemas de informação do património cultural

A concretização de um plano ambicioso de gestão documental e remodelação dos sistemas de gestão e informação do património cultural, modernização da rede e dos sistemas de informação sobre as coleções nacionais, constituem alguns dos projetos estruturantes de transição digital, necessários à salvaguarda e gestão do património, que serão iniciados ou desenvolvidos em 2023, a par dos que prosseguem no âmbito do PRR.

1.3. Democratizar

A democratização da Cultura é um imperativo constitucional que consiste no combate às desigualdades sociais e às assimetrias regionais. No âmbito deste Programa Orçamental estão previstos: um amplo conjunto de itinerâncias do Teatro Nacional D. Maria II; a consolidação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e a criação da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea; um ambicioso programa comemorativo dos 50 anos da Democracia; um novo Plano Nacional para a Literacia Mediática; e o acesso livre às imagens disponibilizadas por Museus, Monumentos e Palácios Nacionais.

Programa de Itinerância do Teatro Nacional D. Maria II

Em 2023, o Teatro Nacional D. Maria II estará encerrado para obras de requalificação, num valor estimado de € 9,8M. No entanto, o Teatro não estará parado: terá uma programação difundida por todo o país, com o título de Odisseia Nacional, abrangendo mais de 90 concelhos. A quebra de receita resultante do encerramento do Teatro é compensada por um reforço do apoio à programação através do Fundo de Fomento Cultural.

Consolidação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e início da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea

A Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) continuará a sua consolidação, com 5 M€ anuais distribuídos por 39 equipamentos, a que acrescem outras ações de qualificação de recursos humanos. À RTCP junta-se agora – também sob alçada da DGARTES – a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC), que irá congregar instituições territorialmente dispersas, estabelecendo sinergias entre espaços expositivos, colecionadores, programadores, curadores e artistas visuais, com vista à dinamização e internacionalização da arte contemporânea portuguesa. O processo de adesão à RPAC, que teve início a 15 de setembro de 2022, prevê apoios à programação no valor de 2 M€.

A 50.º Aniversário da Revolução de 25 de abril de 1974

A Estrutura de Missão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 e a Direção Geral das Artes irão estabelecer um protocolo com vista a abrir concursos que permitam apoiar todos os anos, até 2026, a criação e a programação nas áreas das artes, do cinema e do livro em matérias relacionadas com a memória da Revolução e com o presente e o futuro da Democracia. A Estrutura de Missão estabelecerá além disso um protocolo com a Fundação para a Ciência e Tecnologia com vista a conceder anualmente, até 2026, bolsas a estudantes de doutoramento em matérias relacionadas com estes temas, em várias áreas disciplinares.

Plano Nacional para a Literacia Mediática

Em articulação com o Plano Nacional de Leitura, o Plano Nacional para a Literacia Mediática visa reforçar competências de leitura crítica indispensáveis a uma cidadania informada, combatendo a desinformação através do acesso, da consulta e da leitura de conteúdos de imprensa. Este Plano concretiza-se tanto junto das comunidades escolares quanto das camadas seniores da população.

Acesso livre às imagens disponibilizadas pelos Museus, Monumentos e Palácios Nacionais

O acesso às imagens disponibilizadas por Museus, Monumentos e Palácios Nacionais será revisto, de modo a incentivar a visita, o conhecimento, o interesse e a fruição dos bens patrimoniais por parte das mais diversas camadas do público, tanto no âmbito nacional quanto internacional.



**ORÇAMENTO
DO ESTADO**

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

AV. INFANTE D. HENRIQUE, 1
1149-009 LISBOA

<http://www.portugal.gov.pt>